

Relatório Anual 2018

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri ABCD - Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil





Iguatemi Business
Avenida Nilo Peçanha, 2.900
9º andar—Chácara das Pedras
91.330-001- Porto Alegre- RS - Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
ey.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri ABCD - Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP
Palotina – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri ABCD - Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri ABCD - Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

EY|1

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante

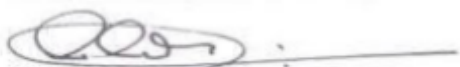
resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 1 de fevereiro de 2019

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri ABCD - Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri ABCD - Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP
CNPJ/MF nº 81.099.491/0001-71

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017	PASSIVO	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE	1.676.412	1.273.589	CIRCULANTE	761.737	626.863
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	18.014	14.336	DEPÓSITOS (NOTA 11)	269.871	209.381
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	781.022	556.021	Depósitos à Vista	238.648	164.597
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	18	16	Depósitos a Prazo	31.223	44.784
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural	767	297	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	369.484	318.036
Correspondentes no país	2.202	2.220	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	124	32
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	778.035	553.488	Repasses Interfinanceiros (NOTA 12)	369.360	318.004
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	790.986	641.905	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	2.209	2.369
Operações de Crédito	828.278	671.704	Recursos em Trânsito de Terceiros	2.209	2.369
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(37.292)	(29.799)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 13)	17.527	14.505
OUTROS CRÉDITOS	68.594	50.418	Empréstimos País - Outras Instituições	17.527	14.505
Créditos por Avais e Fianças Honrados (NOTA 06)	1.691	800	OUTRAS OBRIGAÇÕES	102.646	82.572
Rendas a Receber	3.671	2.873	Cobrança e Arrecadação de Tributos	524	351
Diversos (NOTA 07)	65.107	47.989	Sociais e Estatutárias	5.115	4.284
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (NOTA 06)	(1.875)	(1.244)	Fiscais e Previdenciárias	2.909	1.925
OUTROS VALORES E BENS	17.796	10.909	Diversas (NOTA 14)	94.098	76.012
Outros Valores e Bens	17.458	10.712			
(Provisão para desvalorização)	(82)	(159)			
Despesas Antecipadas (NOTA 08)	420	356			
NÃO CIRCULANTE	604.946	350.273	NÃO CIRCULANTE	1.220.484	747.501
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	3.506	2.914	DEPÓSITOS (NOTA 11)	1.114.056	702.618
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	3.506	2.914	Depósitos Interfinanceiros	174.006	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	493.890	275.553	Depósitos a Prazo	940.050	702.618
Operações de Crédito	515.197	291.434	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 12)	93.808	32.263
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(21.307)	(15.881)	Repasses Interfinanceiros	93.808	32.263
OUTROS CRÉDITOS	8	3	OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 14)	12.620	12.620
Diversos (NOTA 06 e 07)	778	694	Diversas	12.620	12.620
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (NOTA 06)	(770)	(691)			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	321	164			
Despesas Antecipadas	321	164			
INVESTIMENTOS (NOTA 09)	42.296	39.132	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	299.137	249.498
Outros Investimentos	42.296	39.132	CAPITAL SOCIAL (NOTA 16)	124.433	109.733
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	52.572	23.271	De Domiciliados no País	124.592	109.901
Outras Imobilizações de Uso	75.894	39.491	(Capital a Realizar)	(159)	(168)
(Depreciação acumulada)	(23.322)	(16.220)	RESERVAS DE SOBRAS	161.737	128.817
INTANGÍVEL (NOTA 10)	12.353	9.236	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	12.967	10.948
Outros Ativos Intangíveis	22.152	16.640			
(Amortização acumulada)	(9.799)	(7.404)			
TOTAL DO ATIVO	2.281.358	1.623.862	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.281.358	1.623.862

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri ABCD - Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP
CNPJ/MF nº 81.099.491/0001-71

Descrição das contas	01/07/2018 a 31/12/2018			01/01/2018 a 31/12/2018			01/01/2017 a 31/12/2017		
	Ato Cooperativo	(Não auditado) Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	131.948	83	132.031	254.638	87	254.725	197.285	32	197.317
Operações de Crédito	131.792	83	131.875	254.361	87	254.448	197.074	32	197.106
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	99	-	99	192	-	192	178	-	178
Resultado das Aplicações Compulsórias	57	-	57	85	-	85	33	-	33
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(62.212)	(71)	(62.283)	(118.332)	(123)	(118.455)	(107.722)	(1.776)	(109.498)
Operações de Captação no Mercado	(30.585)	(79)	(30.664)	(52.058)	(136)	(52.194)	(60.072)	(93)	(60.165)
Operações de Empréstimos e Repasses	(12.708)	-	(12.708)	(26.702)	-	(26.702)	(22.395)	(1.683)	(24.078)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(18.919)	8	(18.911)	(39.572)	13	(39.559)	(25.255)	-	(25.255)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	69.736	12	69.748	136.306	(36)	136.270	89.563	(1.744)	87.819
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(48.400)	6.617	(41.783)	(92.532)	12.121	(80.411)	(48.740)	8.793	(39.947)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	14.180	16.812	30.992	25.328	30.595	55.923	19.052	21.986	41.038
Rendas de Tarifas Bancárias	12.688	-	12.688	24.160	-	24.160	20.534	-	20.534
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(41.292)	(3.357)	(44.649)	(79.540)	(6.144)	(85.684)	(57.033)	(4.308)	(61.341)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(43.467)	(5.261)	(48.728)	(77.765)	(9.104)	(86.869)	(58.838)	(6.239)	(65.077)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(355)	(872)	(1.227)	(732)	(1.591)	(2.323)	(402)	(1.119)	(1.521)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	35.337	1.022	36.359	63.517	1.420	64.937	63.265	441	63.706
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(25.491)	(1.727)	(27.218)	(47.500)	(3.055)	(50.555)	(35.318)	(1.968)	(37.286)
RESULTADO OPERACIONAL	21.336	6.629	27.965	43.774	12.085	55.859	40.823	7.049	47.872
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(349)	(35)	(384)	(383)	150	(233)	89	10	99
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	20.987	6.594	27.581	43.391	12.235	55.626	40.912	7.059	47.971
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	268	268	-	(158)	(158)	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	169	169	-	(52)	(52)	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	99	99	-	(106)	(106)	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	20.987	6.862	27.849	43.391	12.077	55.468	40.912	7.059	47.971
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	12.077	(12.077)	-	7.059	(7.059)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	20.987	6.862	27.849	55.468	-	55.468	47.971	-	47.971
DESTINAÇÕES	-	-	-	(42.501)	-	(42.501)	(37.023)	-	(37.023)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(7.420)	-	(7.420)	(8.752)	-	(8.752)
Fates - Estatutário	-	-	-	(2.161)	-	(2.161)	(1.825)	-	(1.825)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(28.095)	-	(28.095)	(23.720)	-	(23.720)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(4.825)	-	(4.825)	(2.726)	-	(2.726)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	12.967	-	12.967	10.948	-	10.948

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri ABCD - Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP

CNPJ/MF nº 81.099.491/0001-71

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2017	98.756	102.371	4.963	206.090
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	4.916	-	(4.916)	-
Outras destinações	-	-	(47)	(47)
Capital de associados				
Aumento de capital	2.451	-	-	2.451
Baixas de capital	(4.982)	-	-	(4.982)
Resultado do período	-	-	47.971	47.971
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.825)	(1.825)
Reserva Legal - Estatutária	-	23.720	(23.720)	-
Juros sobre o Capital Próprio	8.592	-	(8.752)	(160)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.726	(2.726)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	109.733	128.817	10.948	249.498
Mutações do Período	10.977	26.446	5.985	43.408
Saldos no início do período em 01/01/2018	109.733	128.817	10.948	249.498
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	10.860	-	(10.860)	-
Outras destinações	-	-	(88)	(88)
Capital de associados				
Aumento de capital	2.776	-	-	2.776
Baixas de capital	(6.250)	-	-	(6.250)
Resultado do período	-	-	55.468	55.468
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(2.161)	(2.161)
Reserva Legal - Estatutária	-	28.095	(28.095)	-
Juros sobre o Capital Próprio	7.314	-	(7.420)	(106)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	4.825	(4.825)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2018	124.433	161.737	12.967	299.137
Mutações do Período	14.700	32.920	2.019	49.639
Saldos no início do período em 01/07/2018 (Não auditado)	117.986	128.817	27.619	274.422
Capital de associados				
Aumento de capital	1.706	-	-	1.706
Baixas de capital	(2.573)	-	-	(2.573)
Resultado do período	-	-	27.849	27.849
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(2.161)	(2.161)
Reserva Legal - Estatutária	-	28.095	(28.095)	-
Juros sobre o Capital Próprio	7.314	-	(7.420)	(106)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	4.825	(4.825)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2018	124.433	161.737	12.967	299.137
Mutações do Período	6.447	32.920	(14.652)	24.715

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri ABCD - Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP
CNPJ/MF nº 81.099.491/0001-71

	01/07/2018 a 31/12/2018 (Não auditado)	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	36.336	76.169	51.416
Resultado do semestre/exercício	27.849	55.468	47.971
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	8.487	20.701	3.445
Provisão para operações de crédito	5.558	12.918	(4.286)
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	70	(78)	159
Provisão para desvalorização de outros créditos	828	711	820
Depreciação do imobilizado de uso	5.057	8.434	5.219
Amortização do intangível	1.289	2.394	2.070
Baixas do ativo permanente	323	492	81
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(2.181)	(2.049)	713
Destinações ao FATES	(2.161)	(2.161)	(1.825)
Dividendos SicrediPar	(296)	40	494
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	176.649	202.625	(79.555)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(499)	(592)	(1.978)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	9.416	(2)	16
(Aumento) em créditos vinculados	(724)	(471)	(262)
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(766)	19	(277)
(Aumento) em operações de crédito	(271.188)	(380.337)	(258.047)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	97.569	112.993	96.531
(Aumento) em outros créditos	(13.022)	(18.929)	(11.800)
(Aumento) em outros valores e bens	(6.254)	(6.967)	(5.743)
Aumento em depósitos	332.067	471.927	86.977
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	460	(160)	795
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	574	3.022	4.403
Absorção de dispêndios pelo FATES	(608)	(1.825)	(827)
Aumento em outras obrigações	29.624	23.947	10.657
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	212.985	278.794	(28.139)
Aquisição de Investimentos	(30)	(3.164)	(5.563)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(21.354)	(38.226)	(8.836)
Aplicações no Intangível	(1.965)	(5.511)	(2.965)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(23.349)	(46.901)	(17.364)
Integralização de capital	1.706	2.776	2.451
Baixa de capital	(2.573)	(6.250)	(4.982)
Juros ao capital próprio	(106)	(106)	(160)
Distribuição de Sobras	-	(88)	(47)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(973)	(3.668)	(2.738)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	188.663	228.225	(48.241)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	607.386	567.824	616.065
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	796.049	796.049	567.824

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri ABCD - Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 08/10/1988 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2018, está organizado por 114 Cooperativas de Crédito filiaidas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.684 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen(CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 28 de Janeiro de 2019.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2018	2017
Disponibilidades	18.014	14.336
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	778.035	553.488
Total	796.049	567.824

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2018 equivale a 100% do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2018	2017
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	3.506	2.914
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	3.506	2.914
Total não circulante	3.506	2.914

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	361.753	271.640	633.393	525.236
Financiamentos	97.972	148.868	246.840	77.900
Financiamentos rurais e agroindustriais	368.553	94.689	463.242	360.002
Carteira total	828.278	515.197	1.343.475	963.138

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	1.691	-	1.691	800
Devedores por compra de valores e bens	50	770	820	691
Títulos e créditos a receber (i)	54.343	8	54.351	35.674
Total	56.084	778	56.862	37.165

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2018	2017	2018	2017
Nível A	0,50	524.369	312.172	2.622	1.561
Nível B	1,00	580.423	513.520	5.804	5.135
Nível C	3,00	171.216	76.184	5.136	2.286
Nível D	10,00	63.660	48.695	6.366	4.870
Nível E	30,00	16.958	15.504	5.087	4.651
Nível F	50,00	10.768	7.668	5.384	3.834
Nível G	70,00	6.994	4.465	4.896	3.126
Nível H	100,00	25.949	22.095	25.949	22.095
Total (i)		1.400.337	1.000.303	61.244	47.558

(i) Em 31 de dezembro de 2018 a Cooperativa não possui outros créditos sem característica de concessão de crédito, em 2017 possuía outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 57.

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2018				Total da Carteira	2017	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer					Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias			
Pessoas Físicas	17.812	113.261	155.776	231.090	517.939	362.935	
Rural	799	41.577	326.177	94.689	463.242	360.002	
Industrial	515	10.118	13.313	22.138	46.084	33.108	
Comércio	4.851	43.841	67.992	90.111	206.795	137.638	
Outros Serviços	2.471	31.656	54.203	77.947	166.277	106.620	
Total	26.448	240.453	617.461	515.975	1.400.337	1.000.303	

d) Concentração das operações de crédito

	2018	%	2017	%
10 maiores devedores	101.494	7,25	50.987	5,10
50 devedores seguintes	133.833	9,56	108.860	10,88
100 devedores seguintes	124.403	8,88	111.519	11,15
Demais	1.040.607	74,31	728.937	72,87
Total	1.400.337	100	1.000.303	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2018	2017
Saldo inicial	47.615	51.081
Constituição de provisão	39.559	25.255
Movimentação de baixados para prejuízo	(25.930)	(28.721)
Saldo final	61.244	47.615

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 9.042 (2017 - R\$ 7.048), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 29.711 (2017 - R\$ 32.696).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2018	2017
Adiantamentos e antecipações salariais	2.015	314
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	1.250	4.491
Devedores por compra de valores e bens	50	-
Devedores por depósitos em garantia	1.636	4.202
Impostos e contribuições a compensar	393	1.072
Títulos e créditos a receber	54.343	35.671
Valores honrados	-	603
Operações com cartões	1.384	107
Pendências a regularizar	1.750	259
Outros	2.286	1.270
Total Circulante	65.107	47.989

Devedores por compra de valores e bens	770	691
Títulos e créditos a receber	8	3
Total não circulante	778	694

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2018	2017
Bens não de uso próprio	17.458	10.712
Imóveis	17.268	10.523
Veículos e afins	55	55
Bens em regime especial	135	134
Despesas antecipadas	420	356
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(82)	(159)
Total Circulante	17.796	10.909

Despesas antecipadas	321	164
Total não circulante	321	164

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 82 (2017 - R\$ 159) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2018	2017
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	23.940	20.806
Sicredi Participações S.A.	18.323	18.323
Outras Participações e Investimentos	33	3
Sicredi Fundos Garantidores	3	3
Outros Investimentos	30	-
Total	42.296	39.132

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Número de ações/quotas possuídas	5.953.638 ON 12.369.037 PN	5.953.638 ON 12.369.037 PN	3 Quotas	3 Quotas	23.940.433 Quotas	20.806.349 Quotas
Percentual de participação	2,08%	2,09%	1,86%	1,83%	10,53%	10,84%
Capital social	880.597	874.847	164	164	227.306	191.882
Patrimônio líquido	906.341	893.040	252.691	240.569	228.806	193.372
Lucro líquido do exercício	14.956	16.863	12.122	35.861	-	-
Valor do investimento	18.323	18.323	3	3	23.940	20.806

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2018			2017
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	75.894	(23.322)	52.572	23.271
Imobilizações em curso	-	7.223	-	7.223	3.046
Instalações	10%	31.023	(10.178)	20.845	7.510
Móveis e equipamentos de uso	10%	16.725	(4.228)	12.497	6.178
Sistema de comunicação	10%	1.425	(254)	1.171	427
Sistema de processamento de dados	20%	16.417	(7.739)	8.678	5.046
Sistema de segurança	10%	2.373	(580)	1.793	957
Sistema de transporte	20%	708	(343)	365	107
Intangível (i)		22.152	(9.799)	12.353	9.236
Investimentos Confederação		22.152	(9.799)	12.353	9.236
Total		98.046	(33.121)	64.925	32.507

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2018				2017
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	238.648	-	-	238.648	164.597
Depósitos Interfinanceiros	-	-	174.006	174.006	-
Depósitos a prazo	15.693	15.530	940.050	971.273	747.402
Total	254.341	15.530	1.114.056	1.383.927	911.999

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2018	2017
Recursos do Crédito Rural	369.360	318.004
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	369.360	318.004
Total circulante	369.360	318.004
Recursos do Crédito Rural	93.808	32.263
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	93.808	32.263
Total não circulante	93.808	32.263

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 9,5% a.a. com vencimentos até 15/11/2028, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2018	2017
Empréstimos no País - outras instituições	17.527	14.505
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	17.527	14.505
Total circulante	17.527	14.505

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2018	2017 (Reapresentado)
Cheques administrativos	6.143	10.048
Obrigações por convênios oficiais	14	16
Provisão para pagamentos a efetuar	17.615	13.556
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	2.770	4.819
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	5.074	4.757
Juros Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital - Banco (ii)	594	755
Pendências a regularizar	3.018	2.486
Operações com cartões	53.809	34.886
Demais fornecedores	2.005	1.464
Credores diversos	3.056	3.225
Total circulante	94.098	76.012

Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital - Banco (ii)	12.620	12.620
Total não circulante	12.620	12.620

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

(ii) As dívidas subordinadas elegíveis a capital nível II referem-se a contratos de mútuo com cláusula de subordinação firmados em março de 2013 com vencimento em dezembro de 2021 pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, possui taxa anual de 158,5% do CDI, pagos semestralmente

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2018	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2018
Trabalhista	744	443	(228)	959
Cível	1.418	862	(878)	1.402
Tributária	2.657	26	(2.274)	409
Total	4.819	1.331	(3.380)	2.770

Natureza	Probabilidade de perda	2018	2017
Trabalhista	Provável	959	744
Cível	Provável	1.402	1.418
Tributária	Provável	409	2.657
Total		2.770	4.819

Em 31 de dezembro de 2018, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 1.544; R\$ 1.884; R\$ 524 (2017 - R\$ 2.471, R\$ 1.424 e R\$ 452), respectivamente.

A Cooperativa, adicionalmente, possui em andamento processos administrativos, versando sobre matéria tributária em que discute a incidência do tributo ISSQN. Os processos encontram-se aguardando julgamento da impugnação, atingindo o valor de R\$ 374, cuja conclusão da análise jurídica é de que a probabilidade de perda é considerada possível.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2018	2017
Capital Social	124.433	109.733
Total de associados	131.679	112.518

Em 31 de dezembro de 2018, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 14.700 (2017 – R\$ 10.977), sendo R\$ 18.174 (2017 – R\$ 13.508) via integralização de resultados e R\$ 2.776 (2017 – R\$ 2.451), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 6.250 (2017 – R\$ 4.982).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6,37% em Conta Capital, no montante de R\$ 7.420, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 65% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2018	2017
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	55.626	47.971
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(23.363)	(20.148)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	36	-
Provisão resgate de milhas cartão	176	90
Provisão PPR	(1)	100
Receita com atos cooperativos	18.224	17.183
Juros sobre capital próprio	3.116	3.676
Outros	1.654	(901)
Subtotal	23.205	20.148
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(158)	-

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2018	2017
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	3.506	2.914
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	778.035	553.488
Outros Créditos - Rendas a receber	3.005	1.866
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	2.108	5.433
Investimentos (Nota 09)	42.266	39.132
Intangível (Nota 10)	12.353	9.236
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	463.168	350.267
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	17.527	14.505
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	51.719	34.545
Principal e juros dívida subordinada (Nota 14)	13.214	13.375
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	192	178
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	17.035	12.125
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	43.476	58.336
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	26.702	24.078
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	4.083	3.055
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	25.036	20.989

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2018	% em relação ao total	2017
Depósitos à vista	870	0,36%	183
Depósitos a prazo	3.361	0,35%	3.489
Operações de crédito	9.573	0,71%	8.034

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2018	2017
Pessoas chave da administração	6.778	4.695

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2018	2017
Despesa de água, energia e gás	1.821	1.540
Despesa de aluguéis	11.460	9.500
Despesa de comunicação	4.318	3.635
Despesa de manutenção e conservação	2.189	1.639
Despesa de material	1.452	1.010
Despesa processamento dados	1.941	1.486
Despesa de promoções e relações públicas	8.060	5.082
Despesa de propaganda e publicidade	2.281	1.421
Despesa de seguro	681	448
Despesa de serviços do sistema financeiro	7.489	7.441
Despesa de serviços de terceiros	7.577	5.700
Despesa de serviços de vigilância e segurança	4.612	3.889
Despesa de serviços de técnicos especializados	3.492	1.976
Despesa de serviços de transportes	7.686	5.813
Despesa de viagem	2.040	2.348
Despesa de depreciação	8.434	5.219
Outras despesas administrativas	11.336	6.930
Total	86.869	65.077

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Recuperação de encargos e despesas	4.167	2.935
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	42.088	56.760
Reversão de provisões operacionais	14.712	2.631
Outras rendas operacionais	3.970	1.380
Total	64.937	63.706

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Descontos concedidos em renegociação e crédito	6.923	4.049
Contribuições Cooperativistas	197	192
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	2.243	1.919
Contribuição Confederação Sicredi	16.084	13.105
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	2.101	1.460
Encargos da administração financeira	280	315
Repasse administradora de Cartões	890	1.459
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	2.394	2.070
Outras provisões operacionais	7.178	4.308
Outras despesas operacionais	12.265	8.409
Total	50.555	37.286

NOTA 22 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2018	2017
Beneficiários de garantias prestadas (i)	384.551	293.768
Coobrigações em cessões de crédito	4	5
Total	384.555	293.773

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de mercado pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de liquidez pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2018	2017
Patrimônio de Referência (PR)	294.712	250.979
Nível I (NI)	286.784	242.954
Capital principal - CP	286.784	242.954
Capital social	124.433	109.733
Reservas de capital	161.737	128.817
Lucros acumulados	12.967	10.948
Ajustes Prudenciais	(12.353)	(6.544)
Nível II (NII)	7.928	8.025
Letras Financeiras e Dívidas Subordinadas	7.928	8.025
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.945.162	1.413.542
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	10.468	4.667
Margem de Capital (i)	80.003	97.891
Índice de Basileia (PR / RWA)	15,15%	17,76%
Situação de Imobilização (Imob)	52.605	25.967
Índice de Imobilização (Imob / PR)	17,85%	10,35%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2018, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Moacir Niehues
Diretor Executivo
CPF: 969.145.139-53

Alisson Schach
Diretor de Operações
CPF: 024.281.579-06

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20